

MANEJO SUSTENTÁVEL

Indicador da nova economia da floresta

Raimundo José Pinto
de Belém

Uma economia com base em práticas de manejo sustentável pode gerar 500 mil empregos formais, diretos e indiretos, no período do novo Plano Plurianual (PPA), utilizando apenas fundos existentes para a região amazônica, com efeitos importantes sobre o consumo regional e poupança. Esta é uma das conclusões contidas no documento "Florestas sustentáveis para a Amazônia", divulgado ao final do seminário Certificação florestal na Amazônia: avanços e oportunidades, quinta-feira passada, em Belém.

Selo verde

Promovido pelas ongs Imazon, Imaflora e Amigos da Terra, o evento reuniu 600 representantes de empresas florestais, comunidades, sindicatos, organizações ambientalistas, instituições de pesquisa e financeiras.

Eles ressaltaram que o crescimento da demanda por produtos com certificação florestal, o chamado selo verde, tanto no Brasil como no exterior, é um indicador essencial dessa nova economia da floresta. E apelaram em favor do estímulo ao crescimento da produção florestal certificada, para que seja possível triplicar a área certificada na Amazônia até o final do ano de 2004.

Para os participantes do seminário, é claro o esgotamento do mo-

delo de desenvolvimento baseado na conversão da floresta e extração predatória dos recursos naturais. "Esse modelo gera um ilusório e rápido crescimento nos primeiros anos (boom), seguido de um severo declínio em renda, emprego e arrecadação de impostos (colapso). Além disso, os custos ambientais na forma de perda da biodiversidade e emissão de carbono são elevados", esclarece o documento.

Uma economia de base florestal sustentável implica, segundo o texto, em uma série de investimentos em infra-estrutura e geração de oportunidades nos setores de educação e pesquisa, formação profissional, extensão rural, serviços, insumos, redes de comercialização e até mesmo produtos financeiros específicos. "Além disso, o sucesso dessa nova economia florestal depende também de investimentos na intensificação da agropecuária nas áreas já desmatadas na Amazônia", adverte.

Reforma agrária

O documento aponta ainda uma série de ações iniciais de uma agenda florestal sustentável. Ao poder público, por exemplo, é sugerida a criação de novas áreas de florestas nacionais e estaduais - as unidades de conservação de uso

sustentável - em regiões estratégicas. Pede também a criação de mecanismos tributários que favoreçam o abastecimento de produtos florestais provenientes de produção sustentável. E que seja implementada efetivamente, no âmbito da política de reforma agrária, a nova modalidade de assentamento florestal prevista para a região amazônica, que contempla o uso e a exploração comunitária dos recursos florestais em áreas delimitadas.

Uma outra modalidade de assentamento florestal prevista para a região amazônica

Do setor privado é sugerida prioridade nos investimentos em manejo sustentável, melhoria no aproveitamento da madeira, incremento na qualidade do emprego e uso múltiplo dos recursos da floresta. E que dê des-

taque ao consumo de produtos florestais certificados oriundos de pequenos produtores e comunidades tradicionais, além da criação, pelo setor financeiro, de linhas e produtos que privilegiem o manejo sustentável das florestas nativas.

A extração sem manejo, com sérios impactos ecológicos, ainda representa cerca de 90% da produção de madeira da região, uma atividade que alcança 15% do PIB da Amazônia e 5% de sua população economicamente ativa, com a ocupação de 500 mil pessoas em empregos diretos e indiretos.